



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11177 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

UNIVERSIDADE POPULAR COMUNITÁRIA: A importância da Comunidade na Educação de Jovens e Adultos

Loedilza Milícia da Silva - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

Luiz Augusto Passos - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UNIVERSIDADE POPULAR COMUNITÁRIA: A importância da Comunidade na Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 1996, todavia, o fato de estar contemplada nos marcos legais não significa a efetivação desse direito ao público a que se dirige.

A afirmação acima pode ser comprovada através dos dados do Programa Nacional de Amostragem de Domicílio – PNAD (2018), que indicam que até 2017, existiam 11,3 milhões de não alfabetizados acima de 15 anos no país, o que representa 6,8% dos brasileiros nessa faixa etária. Essa porcentagem reflete a não efetivação de políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes, cuja demanda amplia reiteradamente, expandindo a referida modalidade EJA.

Considerando esses dados, como bem afirma Merleau-Ponty (2017, p. 49): “O que podemos exigir validamente é que jamais a pessoa esteja submetida à fatalidade de uma natureza ou de uma história de exteriores despojada desta consciência.” O que entre nós vige é essa educação despojada de seu coração e essência que fere a dignidade humana como pleito e exigência da excelência do direito.

Com efeito, muitas pessoas, – especialmente aquelas cujas famílias foram empobrecidas pela desigualdade, exclusão, diferenças étnico-culturais e racismo – são alijadas do seu direito de frequentar a escola, seja pelo fato de terem que trabalhar para

ajudar no sustento da família, ou por não conseguirem se adequar a uma educação elitista. Essa educação seria aquela que diz respeito tanto ao domínio do corpo, como à excludência no que se refira a uma educação descontextualizada, punitiva, que promove ignorância, impossibilitando uma cultura voltada a estar no mundo em condições de igualdade e de reconhecimento político.

Brandão (2006) sintetiza de forma muito clara a situação desses sujeitos. Em suas palavras, são:

[...] Fracassados escolares de um ensino que, de uma determinada “faixa salarial familiar” para baixo, funciona justamente através de fazer crianças e adolescentes trabalhadores passarem pela escola sem terem nunca passado pela *educação escolar*, para que o seu trabalho adulto, subalterno, seja o de quem aprendeu sem tempo de tirar do *saber do estudo* o proveito que torne dignos o trabalho e a vida (BRANDÃO, 2006, p. 26)

As condições citadas têm levado milhares de crianças e adolescentes a abandonarem a escola e a, anos depois, após muitas lutas e percalços, buscarem retornar ao ambiente escolar, através da Educação de Jovens e Adultos.

De um modo geral, as escolas de EJA são tradicionais, com horários rígidos, sala de aula com estudantes organizados em filas e copiando um conteúdo descontextualizado do quadro. Esses procedimentos, se assemelham às formas típicas do escravismo, já perecidas, e são considerados punitivos, não podendo ser denominados de educação. Na verdade, são qualquer outra coisa, como dominação ou doutrinação que destrói, dadas as condições impostas pela violência e pelo constrangimento, o que implica o abandono do direito à educação.

Para Passos (1998), a educação ocorre anastomosada às operações necessárias à produção e reprodução da vida física, social, cultural, artística e simbólica. Por essa razão, a escola tradicional não consegue atrair estudantes trabalhadores. Isso explica o porquê de, no começo de cada ano letivo, as salas de EJA serem cheias, porém, com o passar dos dias, esses estudantes, que não veem sentido no que está sendo ensinado, acabam abandonando a escola novamente.

Para Maldonado (1995), estamos em uma evolução constante, *somos nós que nos inventamos*, abandonando nossos interesses em prol de interesses maiores de uma sociedade mais justa e fraterna, na qual o conhecimento possa ser construído por todos; abandonando o modelo engessado de um currículo pronto. Assim também poderiam ser as escolas de EJA, poderiam abandonar seus próprios interesses e um modelo de educação caduco, preocupando-se com o verdadeiro aprendizado dos alunos e adequando-se às suas necessidades.

Como professora dessa modalidade, sempre busquei uma forma diferenciada de trabalhar com esses estudantes. Eu nunca aceitei começar o ano com sala cheia e depois ver

alunos irem embora. Então, para resolver esse problema, procurei conhecer melhor essas pessoas tão singulares, ricas em conhecimento de mundo e ansiosas por aprender alguns conhecimentos do mundo letrado. Meu anseio por entendê-los me levou a buscar outras formas de trabalhar a modalidade e ao encontro com a Universidade Popular Comunitária – UPC, em Cuiabá-MT.

A UPC foi criada pela Lei Complementar n.º 097, de 16 de setembro de 2003, como um projeto único e inovador, em um diálogo entre a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá e alguns profissionais da referida rede, que buscavam uma nova forma de oferta a EJA para pessoas de bairros periféricos da capital que tiveram seus direitos de frequentar a escola furtados em um outro período da sua vida.

Ainda em 2001, o município assinou a Carta das Cidades Educadoras - movimento que teve início em 1990, na cidade de Barcelona, quando um grupo de cidades pactuou o objetivo comum de trabalhar em projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Esse projeto acredita nos ideais de Freire (2000, p.31): “ Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Com esse sentimento, o secretário municipal de educação de Cuiabá, Carlos Alberto Reyes Maldonado, usou esse modelo *suleador* para *criar* várias ações educadoras, sendo uma delas a criação da Universidade Popular Comunitária, que propaga de maneira decisiva sua ligação às sociologias voltadas **ao Sul**, tensivas ao **Norte**.

O projeto iniciou no campus Herbert de Souza, que se localizava no bairro Osmar Cabral, distante, aproximadamente, 25 quilômetros do centro da cidade, atendendo 105 adultos. Depois foram abertos mais quatro *campis*. O Campus Paulo Freire, no bairro Jardim Industriário II; o Campus Delmira de Figueiredo, no bairro Pedregal; o Campus Maria Eliza Bocaíuva, no bairro Dom Aquino; e o Campus Bela Verena, no bairro CPA III.

A UPC tinha uma forma diferenciada de se organizar, começando pelo nome dos seus espaços de aprendizagem, que eram chamados de *campus*, em referência às universidades que essas pessoas teriam direito de ingressar se tivessem conseguido concluir seus estudos no tempo regular.

Outro fato importante sobre a UPC se refere a sua organização, que buscou sustentação na **autopoiese** (do grego *auto*, que quer dizer “próprio” e *poiesis*, que significa “criação”), (MATURANA; VARELA, 1997), que defendia a organização circular do vivo com pouca ou nenhuma dependência do externo.

Na UPC era assim, não havia diretor e nem coordenador, eram os professores/professoras, os estudantes e a comunidade que fazia tudo, desde a criação do currículo articulado com a realidade de cada bairro, até à prestação de conta e limpeza dos espaços de aula/troca de conhecimentos.

Tudo na UPC foi muito diferente. Nunca renunciou de inventar o cotidiano de

maneira festiva, amistosa, criando laços e artes com a vida. Se fazia presente de maneira ostensiva e feliz, nos espaços simbólicos da cidade: feiras (venda de produtos produzido pelos estuantes); coreto (com corais e apresentação de músicas); ponto de ônibus (biblioteca ambulante); sessões da Câmara Municipal (reivindicação de direitos); programa de rádio (Saber Popular); criação da TV Pixé (funcionava nos terminais de ônibus). Suas ações foram tão amplas e diversificadas que acabou sendo temida pelos “donos do poder”, por isso precisou ser desarticulada e desativada como uma resposta do mal-estar de sua abrangência. Neste sentido ela foi uma educação muitas vezes temida pelo poder.

Tomando como objeto a UPC, o objetivo desta pesquisa foi conhecer e valorizar as práticas exitosas que contribuíram para uma outra educação de jovens e adultos e que ajudaram na emancipação e empoderamento político, social e econômico dos seus estudantes, bem como possibilitando a implementação de algumas das suas práticas inovadoras nas atuais escolas de EJA.

A pesquisa realizada, no caso uma biografia etnográfica, foi do tipo qualitativa, de cunho fenomenológico *merleau-pontyano* (MERLEAU-PONTY, 2006), em diálogo com pressupostos teóricos da educação popular freireana (FREIRE, 2000). Esses dois autores compõem os fundamentos básicos do estudo, no entanto também buscamos apoio em Brandão (2006), Maldonado (1995), Maturana e Varela (1997), Passos (1998) e em diversos outros autores que, em suas numerosas abordagens, contribuíram para fundamentar os conceitos que a UPC tinha umbilicalmente em relação à educação popular em comunidades de periferia.

A coleta de dados etnográficos foi realizada em roda de conversa, no dia 07 de março de 2020. Nessa ocasião, compareceram seis ex-professores, chamados de *artisentis*, e uma ex-estudante, chamada de *coartisentis*. Além deles, participaram as professoras Maria das Graças Campos, Sílvia M. dos Santos Sterling e o meu professor orientador, o Dr. Luiz Augusto Passos. Nesse momento de descontração e reencontro, realizamos a roda de conversa. Durante três horas, eles/elas tentaram responder à seguinte pergunta-chave que elaboramos: *Que imagens e memórias lhe ocorrem quando ouve a palavra UPC?*

A segunda roda de conversa estava marcada para o dia 30 de março de 2020, porém a pandemia de Covid-19 impossibilitou o novo evento. Então optamos por colher os dados pelo aplicativo *WhatsApp*, por meio do qual fizemos a mesma pergunta para mais duas ex-estudantes e mais uma ex-professora.

Depois do material coletado, busquei por palavras chaves nas falas dos participantes, como: autonomia, afetividade, diálogo, democracia, respeito, ensinar, aprender, emancipação, esperança, mudanças, participação, companheirismo, práticas libertárias e diversas outras que fizeram da prática da UPC, algo inédito para a educação popular cuiabana. Com essas palavras-chave, construí um texto inédito relacionando à educação e comunidade para o processo de ensino-aprendizagem na EJA.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Plataforma Brasil para análise e parecer, sendo aprovada antes de iniciarmos as pesquisas. Vale relatar também que, depois da finalização da pesquisa, enviei uma cópia para todos os participantes antes do fechamento da escrita, de modo que todos concordaram com o que foi escrito, aprovando a sua publicação.

Depois de dois anos de muito estudo, considero que a educação de jovens e adultos precisa ter um olhar diferenciado do poder público no sentido de buscar práticas que contribuam para a valorização dos diversos conhecimentos e saberes, a fim de construir espaços educativos que primem pela igualdade, emancipação e empoderamento das comunidades periféricas que, assim como as outras, têm direito a sonhar e realizar seus sonhos. A UPC, apesar de não ser a única, foi uma que aconteceu na nossa cidade e seus frutos estão aqui no nosso meio para provar sua jornada de sucesso.

Palavras-chave: Educação. Educação de Jovens e Adultos. Universidade Popular Comunitária.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2000.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. **De máquinas e seres vivos: autopoiese – a organização do vivo**. 3. ed. Tradução: Juan Acuña Llorens. Porto Alegre, RS: Arte Médica, 1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

MALDONADO, Carlos Alberto. **UNEMAT: uma universidade para o 3º milênio**. Cáceres, MT: Editora Aguapé, 1995. (Coleção Inquieta Ação).

PASSOS, Luiz Augusto. **Aguaçu na dança do(s) tempo(s) e a educação da escola: o tempora, o mores**. Cuiabá: Instituto de Educação 1998. 539 p.